

# AS implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de Cana

Juliana Biondi Guanais

**Como citar:** GUANAIS, J. B. As implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de Cana. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C. BAENINGER, R. (org). **Migrações: *Implicações passadas, presentes e futuras.*** Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 209-232. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3>. p. 209-232



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# AS IMPLICAÇÕES DA MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA PARA AS COMUNIDADES DE ORIGEM DOS CORTADORES DE CANA<sup>1</sup>

*Juliana Biondi Guanais<sup>2</sup>*

O presente trabalho tem por objetivo principal demonstrar a relação existente entre o dinheiro obtido a partir da migração temporária e a melhoria material das comunidades de origem de trabalhadores rurais. Para consecução de tal propósito a análise aqui empreendida tomará como base a pesquisa realizada junto aos trabalhadores do corte da cana ligados à Usina Açucareira Ester S.A. (localizada em Cosmópolis, interior de São Paulo), no período de 2008 e 2010<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O título original do texto apresentado no I Seminário Migrações e Cultura é: As implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de cana: A relação entre o salário recebido e a melhoria das condições materiais de vida. (Nota dos organizadores)

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: jupitt16@yahoo.com.br

<sup>3</sup> A referida pesquisa deu origem à dissertação de mestrado da autora: GUANAIS, Juliana Biondi. *No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis-SP*. 2010. 232fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. Vale mencionar que a pesquisa contou com financiamento da FAPESP, entre os anos de 2008 e 2010.

Antes de dar início à análise, faz-se importante abordar – ainda que de uma maneira breve e sintética – sobre quem são essas pessoas que buscam trabalho nas usinas de cana-de-açúcar, de onde partem, para aonde vão e os motivos que impulsionam estes deslocamentos.

Em geral, os cortadores de cana são migrantes de outras regiões do país – principalmente do Nordeste e do norte de Minas Gerais – que vão trabalhar para as usinas de açúcar e álcool localizadas, sobretudo, no interior do estado de São Paulo<sup>4</sup>. Na grande maioria dos casos, esses trabalhadores são do sexo masculino e jovens e acabam por se deslocar quase todos os anos a partir do mês de março (ou abril, dependendo da data do início da safra) para as cidades em que irão trabalhar. Os migrantes permanecem, em média, de oito a dez meses nestas localidades, residindo nos alojamentos coletivos das usinas, nas pensões das “cidades-dormitórios”, ou em casas alugadas; então, retornando para sua terra natal somente no final de novembro ou dezembro, após o término da safra.<sup>5</sup>

Geralmente, essa força de trabalho é recrutada pelos “gatos”, os responsáveis pela contratação dos trabalhadores em suas próprias regiões de origem. Encontrando-se destituídos de meios reais de sobrevivência em sua terra natal e, muitas vezes, sem qualquer tipo de alternativa, os trabalhadores veem-se obrigados a aceitar o trabalho no corte da cana nas diferentes usinas do país por ser essa uma atividade que acaba por assegurar uma renda e, conseqüentemente, a sobrevivência pessoal e de suas famílias.

Em seus estudos sobre as migrações do campo para a cidade, Eunice Durham (1884; 2004) pondera que tais deslocamentos não decorrem, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, ao contrário, para a autora, a migração aparece como uma resposta às condições normais de existência. “O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode melhorar de vida’, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente. Isto não quer dizer que calamidades naturais ou acidentes não sejam fatores que precipitem a emigração” (DURHAM, 2004, p.170). Ou

---

<sup>4</sup> É importante assinalar que, com a atual expansão dessas usinas, as mesmas vêm se alocando em outras regiões, que não aquelas tradicionalmente utilizadas, como Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás e sul de Minas Gerais, o que acaba por alterar a cartografia dos movimentos migratórios.

<sup>5</sup> A temática da migração foi bastante trabalhada em SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999; e MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa, PB: Relume Dumará/EDUF, 2002.

seja, na opinião da autora, na maioria das vezes, a migração é impulsionada por uma situação desfavorável que é vista como permanente pelos próprios trabalhadores. Nas palavras da autora:

Os migrantes explicam sempre a migração como uma tentativa de “melhorar de vida” [...] Limitam-se em geral a dizer que migraram porque “a vida lá era difícil”, “não tinha emprego”, “pagavam pouco” [...] a emigração é provocada por tensões que se manifestam no campo econômico e se traduzem em salários baixos, rendimento insuficiente da produção agrícola e falta de emprego remunerado como alternativa [...] O trabalhador abandona a zona rural ou os pequenos centros urbanos quando percebe que “não pode melhorar de vida”, isto é, que sua miséria é uma condição permanente [...] A esses aspectos negativos se opõe a expectativa positiva das possibilidades que a vida urbana na agricultura “do sul” poderão propiciar (DURHAM, 2004, p. 188).

A realidade específica dos trabalhadores rurais que buscam o assalariamento nas usinas de açúcar e álcool, também, pode ser lida à luz das reflexões de Durham. Da mesma forma que os trabalhadores entrevistados pela autora nas décadas de 1960 e 1970, a maior parte dos cortadores de cana dos dias de hoje, também, deixou sua região de origem em busca de emprego, emprego esse que dificilmente é encontrado em sua terra natal. Sem trabalho, remuneração, muitos trabalhadores buscam serviço em outras regiões do país, e o trabalho no corte de cana aparece como uma das alternativas. Assim, diante da necessidade de viver da venda de sua força de trabalho, os trabalhadores rurais buscam o “mundo do emprego”, universo esse que não está em seu universo local, mas em outra região. A alternativa para tais pessoas é migrar, é “ir para o Sul” (GARCIA JR., 1989, p. 202)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> É importante dizer que há todo um debate em torno dos sentidos e dos significados da migração, o qual infelizmente não poderá ser aqui reproduzido em função dos limites do presente artigo. Entretanto, faz-se necessário, pelo menos, delinear alguns aspectos deste debate. Para alguns pesquisadores (LOPES, 1971; SINGER, 1973; DURHAM, 1984), as migrações resumem-se à transferência de força de trabalho entre as regiões menos desenvolvidas – expulsoras – e as mais desenvolvidas, onde atuam fatores de atração; ou entre setores arcaicos e modernos, de forma que os agentes sociais aparecem como seres passivos de um processo determinado exteriormente pela estrutura social, ou pelo processo de acumulação capitalista. Já para outros pesquisadores (GARCIA, 1989; MENEZES, 1985; 2002), as migrações não podem ser vistas somente como resultado da inviabilidade das condições de existência dos camponeses, pois são partes integrantes de suas próprias práticas de reprodução. De acordo com essa segunda interpretação, os migrantes não são agentes passivos dos fatores de “expulsão” ou “atração”, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução de suas condições de vida. “Os migrantes rurais nordestinos não foram apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas. Eles

Em seu estudo, Garcia Jr. (1989) demonstrou que o assalariamento temporário nos centros urbanos (em geral, no sudeste do país) é visto, pelos próprios trabalhadores rurais, como uma estratégia de reprodução de sua condição camponesa. “*Tr para o Sul*”, como dizem os trabalhadores, tornou-se uma possibilidade para os mesmos desde o final dos anos de 1940, uma vez que o deslocamento dos homens da unidade doméstica permitia reequilibrar o orçamento familiar em ano de “inverno ruim” (variações adversas no clima e na produtividade do ciclo agrícola) ou quando houvesse necessidade maior de dinheiro. “O trabalho remunerado, no *Sul*, dos homens da unidade doméstica permitia obter a renda necessária para fornecer a *feira*<sup>7</sup> dos membros da unidade doméstica que permaneciam no Norte” (GARCIA JR., 1989, p. 151) (sem grifo no original).

Além de significar uma remuneração regular que não depende das flutuações do ciclo agrícola, para esses homens, o emprego no “Sul” representa também uma renda monetária superior aos rendimentos obtidos na agricultura do “Norte”, e, por isso, é muito valorizado. Assim, tanto para quem pensa em ficar no “Norte” como para quem pensa em mudar-se de forma definitiva para o “Sul”, o assalariamento temporário no sudeste apresenta-se como uma fase necessária do ciclo de vida (GARCIA JR., 1989).

Mas, a despeito da migração ser considerada, pelos trabalhadores, como uma das únicas alternativas de sobrevivência, a mesma não deixa de estar associada a uma expectativa positiva relacionada com a possibilidade de mudança de vida. A migração traz para os agentes sociais envolvidos a chance de “melhorar de vida”, de “viver com mais conforto” e de “ganhar mais”. Nas palavras de Silva e Menezes (2006, p.5-6).

A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro;

---

também foram agentes do seu próprio movimento e dessa forma, através de estratégias diversas, contribuíram na moldagem do processo migratório” (SILVA; MENEZES, 2006, p. 5).

<sup>7</sup>De acordo com o autor, as *feiras* são o espaço em que os indivíduos negociam e onde adquirem produtos para o consumo da unidade doméstica a que pertencem. O consumo doméstico semanal está, portanto, materializado nas feiras. Sobre a importância das feiras para a reprodução dos trabalhadores rurais nordestinos, ver GARCIA, Marie France Claudine. *Feira dos trabalhadores rurais: as feiras do Brejo e do Agreste paraibano*. 1984. 237fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) UFRJ – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1984.

e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apóia sobre uma base social.

Assim, premidos pela necessidade de sobreviver, mas sempre acompanhados de sonhos e expectativas, todos os anos, milhares de homens migram com destino às cidades em que irão trabalhar como cortadores de cana. É importante ressaltar que raramente esses trabalhadores abandonam suas terras com intenção inicial de nunca mais regressar<sup>8</sup>. Na maioria das vezes, esses homens migram com o objetivo de formar um pecúlio, isto é, uma reserva a ser aplicada em seu local de origem quando voltarem. O envio de dinheiro à família que não migrou também é outra importante motivação da migração temporária<sup>9</sup>.

Isso faz sentido ao lembrar que, em geral, não é a família inteira que migra, mas somente parte dela. Como mencionado anteriormente, normalmente, os homens que se deslocam, ficando as mulheres, as crianças e os idosos nas comunidades de origem. A opção pela migração de poucos membros do grupo familiar dá-se pelas dificuldades e custos de transporte, moradia e manutenção nas regiões de destino, que implicam em altíssimos gastos para os trabalhadores. O mais comum é que o marido migre primeiro, deixando a família com os demais parentes. Em alguns casos, só depois de conseguir obter uma colocação relativamente estável e minimamente rendosa, é que aquele que migrou tem a oportunidade de ir buscar o restante da família para residir consigo (DURHAM, 1984; 2004; GARCIA JR. 1989)<sup>10</sup>.

Todavia quer que se trate da movimentação de indivíduos ou de famílias, a direção do deslocamento depende, em grande medida, da tradição migratória do grupo de relações primárias original (DURHAM,

<sup>8</sup> “O migrante não abandona a origem para se integrar no destino, ao contrário, a migração representa um ponto de contato permanente entre um e outro local” (SILVA; MENEZES, 2006, p. 6).

<sup>9</sup> “A migração e o projeto de ascensão social que a motiva são, portanto, empreendimentos familiares [...] A possibilidade de ascensão de um membro da família representa uma melhoria no nível de vida de todos, na medida em que se conserva a unidade do grupo doméstico” (DURHAM, 1984, p. 210-211).

<sup>10</sup> Neste ponto, é importante mencionar que, no caso específico dos cortadores de cana, a migração da família inteira é muito difícil de ocorrer. Isso porque aqueles homens que vão trabalhar como cortadores de cana para as usinas e que levam suas esposas para residir consigo durante o período da safra são obrigados a alugar casas nas cidades de destino, já que são impossibilitados de residir nos alojamentos cedidos pelas usinas pelo fato de estarem acompanhados. Isso faz com que fique ainda mais caro se manter nas cidades de destino, uma vez que não somente o aluguel, mas todos os custos se multiplicam pelo número de familiares que residem juntos.

1984; 2004; MENEZES, 2002). Em geral, as pessoas migram para as localidades onde têm conterrâneos, amigos ou parentes, ou para locais que lhes foram indicados por outros. De acordo com Durham (1984), mesmo as migrações que implicam em mudanças radicais de estilos de vida “[...] são efetuadas dentro de um universo de referência organizado nos moldes da comunidade rural. Vai-se para onde está a família do irmão do pai, os antigos vizinhos, os amigos de infância” (DURHAM, 1984, p. 135).

E a migração para o trabalho no corte da cana não é diferente. Em muitos casos, aqueles que já atuaram alguma vez como cortadores de cana indicam aos amigos as usinas em que trabalharam<sup>11</sup>, os turmeiros que os recrutaram, os locais de saída dos ônibus<sup>12</sup>, etc. Formam-se redes de informações e de solidariedade entre os migrantes, redes essas que permitem não só a comunicação e a troca de informações entre eles, mas também o auxílio mútuo (MENEZES, 2002; NOGUEIRA, 2010). Em seu estudo sobre os camponeses-trabalhadores migrantes, Marilda Menezes (2002) analisou as várias formas de redes estabelecidas entre os mesmos. Para a autora:

O grupo analisado está envolvido não apenas com migração sazonal para a plantation canavieira, mas também com migrações de longa distância e duração, em geral para cidades no Sudeste do Brasil. Aqueles que se deslocam mantêm-se em contato com a família, através de uma variedade de formas de comunicação. Uma destas é a circulação de pessoas, através das quais se enviam dinheiro ou outras mercadorias. Os que migram pela primeira vez são acompanhados por amigos ou parentes e aqueles que retornam gastam a maior parte do tempo visitando colegas e familiares. Todas essas interações sociais atuam como canais difusos para a comunicação das experiências dos migrantes (MENEZES, 2002, p. 109).

---

<sup>11</sup> A esse respeito, escreveu Durham: “É frequente o fato de possuir parentes no local que determina a escolha do destino. O migrante que abandona a zona rural [...] é levado a escolher baseado mais na proximidade das relações sociais do que na proximidade física ou compatibilidade das atividades econômicas que espera exercer. Quando o trabalhador rural se desloca à procura de emprego, segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele” (DURHAM, 1984, p. 137).

<sup>12</sup> Os “locais de saída dos ônibus” são os lugares nas comunidades de origem em que os trabalhadores que irão migrar para o corte da cana se reúnem para partir em direção as cidades em que vão trabalhar.

## NAS CIDADES DE DESTINO: O TRABALHO NAS USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

Após viajarem durante dias de ônibus<sup>13</sup>, os trabalhadores chegam às cidades em que vão atuar como cortadores de cana. Os que vão pela primeira vez ficam assustados com as altas exigências do trabalho, com os altos níveis de produtividade a serem atingidos e com as péssimas condições de trabalho. O trabalho nas usinas não “é moleza”, nem “um jeito fácil de ganhar dinheiro”, como muitas vezes dizem os “gatos”, na tentativa de convencer centenas de homens a migrar para trabalhar como cortadores de cana.

O ritmo frenético da produção, as várias formas de exploração às quais estão submetidos os trabalhadores (tais como os roubos na pesagem da cana), as enormes e variadas cobranças sobre a qualidade do serviço a ser executado, os baixos salários (que são mínimos quando comparados ao tipo de atividade que desempenham), as condições precárias de moradia e de alimentação, o tratamento ríspido que recebem de seus superiores e também a imposição de metas de produtividade, todos esses fatores somados compõem o cenário encontrado pelos trabalhadores rurais e farão parte de seu cotidiano durante todos os meses da safra.

Para que os leitores possam ter uma real dimensão das condições precárias a que estão submetidos os trabalhadores do corte da cana, a seguir, estão transcritos, na íntegra, dois depoimentos dados por Maria<sup>14</sup>, uma das poucas mulheres<sup>15</sup> entrevistadas ao longo da pesquisa de campo.

*A Usina Ester não dá nada[...]e se ela puder arrancar seu pelo e moer e fazer álcool ela faz. Ela não é justa de jeito nenhum, aquilo lá não é dinheiro para a gente receber numa semana[...]oitenta, setenta reais[...] Eu acho que eles deviam dar mais valor para a gente porque o serviço que*

<sup>13</sup> Vale mencionar que muitas dessas viagens são feitas em condições precárias. Muitas vezes, os ônibus que vão fazer os traslados dos trabalhadores se encontram em péssimo estado e não seguem nenhum padrão de segurança. Também não são raros os casos em que os ônibus – para fugir das fiscalizações da Polícia Rodoviária – transitam por estradas vicinais, não oficiais, as quais, por serem altamente perigosas, põem em risco a vida dos trabalhadores que estão sendo transportados.

<sup>14</sup> Em função do compromisso de que nenhuma informação passível de identificar os sujeitos fosse divulgada, os nomes dos participantes referidos neste estudo foram alterados e substituídos por nomes fictícios, assim como os de todas as pessoas às quais eles se referiram nas entrevistas.

<sup>15</sup> É importante ressaltar que a Usina Ester é uma das únicas usinas (se não a única) que ainda contrata mulheres para o trabalho no corte de cana. Isso deu-se após uma negociação com o sindicato que representa os trabalhadores rurais da referida usina – o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis – que exigiu da empresa a contratação de pelo menos 10 mulheres para cada turma de 40 homens. A não contratação de mulheres para o corte da cana é justificada pelas usinas em geral pelo fato das mesmas não serem tão produtivas e resistentes como os homens, visto que não possuem tanta força física.

*a gente faz[...]eles têm que reparar o tanto que eles ganham a mais do que nós[...]porque tira o que eles pagam para nós e não passa nem perto do que eles ganham, né, porque eles fabricam álcool e açúcar, né!! E eles vêm falando pra gente que a coisa tá ruim porque a crise já chegou no Brasil. Mas o que a gente tem a ver com essa crise, meu Deus?! Porque quando sobe o álcool eles ganham mais, mas mesmo assim o preço da cana não sobe! Eles não têm consciência do que nós tá fazendo na roça[...]a gente não tá brincando. Um dia de trabalho não dá nem para pagar a comida! O mais impressionante é que tem cana que você corta o dia inteirinho batido e quando você chega em casa e que você vai somar não dá nem dez reais. Aquela cana embolada lá, nossa, eu acho que é a que devia valer mais, devia valer uns cinco reais a tonelada<sup>16</sup> porque é pesada, viu. Essa cana faz tipo um “c”, onde ela nasceu ela termina, ela enrola toda, e aí quando você vai puxar você tem que fazer uma força que repuxa todos os nervos[...]E com o dinheiro que a gente ganha, principalmente as mulher<sup>17</sup>, esse dinheiro é tão pouco que se você quiser ir para Minas não dá para pagar nem a passagem! Agora com o seguro<sup>18</sup> já ajudava, né. (Maria) (GUANAIS, 2010, p. 144) (sem grifos no original).*

*[...]porque para mim aquilo não é serviço de gente não, nem burro aguenta um serviço daquele ali igual na cana[...]você queima no sol, fica todo dolorido, cheirando, assado[...]chega de noite o que eu queria é cair na cama[...] se eu pudesse deitar suja eu chegava e deitava, mas eu chego em casa, tomo banho, tenho que fazer janta, cuidado dos cinco meninos, dou banho neles[...]toda hora um deles tá perguntando alguma coisa, eu fico atordoada! Eu deito já é quase meia-noite, enquanto eu não coloco as coisas tudo no lugar para amanhecer o dia para eu só precisar esquentar a comida e pronto, eu não deito. Eu caio na cama, apago e quando eu vejo o relógio já tá tocando de novo as quatro horas da manhã[...]eu nem vi eu dormir. (Maria) (GUANAIS, 2010, p. 149) (sem grifos no original).*

A partir desse relato, percebe-se que a rotina desses homens e mulheres não é nada fácil. Por isso, não são raros os casos de trabalhadores que abandonam o serviço nas usinas antes mesmo do final da safra, então,

<sup>16</sup> A cana a que se refere Maria é a cana bisada, um tipo de cana mais velha, isto é, que está há mais tempo nos canaviais e que, por isso, é muito mais difícil de ser cortada. No caso específico da Usina Ester, em 2009, a tonelada desta cana estava avaliada em aproximadamente R\$3,85.

<sup>17</sup> Neste ponto específico, Maria está fazendo uma comparação entre os índices de produtividade dos homens e das mulheres. De acordo com a trabalhadora, em geral, as mulheres cortam menos cana do que os homens, fato que pôde ser comprovado também por intermédio da pesquisa de campo.

<sup>18</sup> O seguro a que Maria se refere é o Seguro Desemprego. É importante dizer que os trabalhadores que são contratados por tempo determinado de serviço (os chamados “safristas”) não têm direito a esse benefício, que atualmente só é assegurado aos cortadores de cana que são contratados por tempo indeterminado de serviço, os “efetivos” da usina.

retornando para sua terra natal sem conseguir atingir os objetivos que pretendiam. Essa volta, no meio da safra, não significa apenas o abandono do trabalho, visto que também possui uma dimensão simbólica muito importante para todos os envolvidos, especialmente para os familiares: muitas vezes, aquele que regressa antes dos demais se sente envergonhado, inferior, já que “não teve disposição”<sup>19</sup>, “não foi tão forte como poderia”, “não foi um vencedor”.

Em função dos limites do presente artigo, infelizmente, não poderão ser abordados todos os aspectos das condições de trabalho enfrentados pelos cortadores de cana: os roubos na pesagem, a relação que desenvolvem com seus superiores, a má qualidade da alimentação recebida, as péssimas condições dos alojamentos cedidos pelas usinas, etc. Como o objetivo do presente texto é deixar clara a relação entre o dinheiro obtido a partir do assalariamento temporário nas usinas e a melhoria material das comunidades de origem dos trabalhadores migrantes, enfatizar-se-á somente um dos aspectos das condições de trabalho: o pagamento por produção.

Mas o que é o pagamento por produção? Em que se diferencia das demais formas de pagamento? O pagamento por produção é uma forma específica de remuneração que está presente não só no mundo rural<sup>20</sup> como também no urbano, e tem ampla base legal, sendo prevista no artigo 457, §1º da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), bem como incontroversa aceitação doutrinária e jurisprudencial. De acordo com sua lógica, a remuneração de um trabalhador é equivalente à quantidade de mercadorias produzida pelo mesmo. Isto é, o salário a ser recebido não terá como base as horas por ele trabalhadas, mas sim a quantidade de mercadorias que serão produzidas no decorrer de sua jornada de trabalho. No caso específico dos cortadores de cana, o ganho por produção pode ser resumido e explicado pela seguinte lógica “quanto mais se corta, mais se ganha”.

---

<sup>19</sup> O termo *disposição* foi utilizado, por Lygia Sigaud (1979), para referir-se ao esforço e à força de vontade que cada trabalhador tem e que aciona no momento em que aspira receber um pouco mais. De acordo com a autora, “Disposição é o termo empregado pelos trabalhadores para se referirem ao esforço e à força de vontade que cada um tem e que aciona no interesse de ganhar mais, ‘dar mais conforto à família, ter crédito garantido e não passar vergonha’. A disposição depende de um ato de vontade do trabalhador, desde que ele não se encontre doente. Assim, gozando de saúde qualquer trabalhador pode lançar mão de sua disposição para ‘se sair melhor’. Trabalhar segundo a sua disposição se opõe a trabalhar tendo um limite aquém da disposição, tendo uma média, significando, portanto, superar a média[...]” (SIGAUD, 1979, p. 132).

<sup>20</sup> Além do setor sucroalcooleiro, muitas outras culturas também fazem uso do pagamento por produção, tais como as lavouras de tomate e de laranja.

Evidente que a opção por remunerar os trabalhadores do corte da cana por meio do pagamento por produção não é aleatória (ADISSI; SPAGNUL, 1989; PAIXÃO, 1994; ALVES, 2008). Como cada trabalhador recebe um salário condizente com o que produz, a quantidade produzida por ele tem de ser auferida para que se possa saber quanto será sua remuneração. Entretanto, no caso específico dos cortadores de cana, não são eles próprios que calculam a quantidade de cana que cortaram em um dia de trabalho, já que tal cálculo será feito por um funcionário da usina<sup>21</sup>. Assim, pelo fato de desconhecerem e/ou não poderem acompanhar os métodos e os critérios utilizados para auferir a quantidade de cana cortada, muitos trabalhadores sempre se queixaram de receber menos do que de fato deveriam<sup>22</sup>. Por conseguinte, a utilização de tal forma de remuneração é extremamente importante para as usinas, pois, a um só tempo, impede que os cortadores de cana adquiram o controle de seu processo de trabalho e, conseqüentemente, de seu pagamento<sup>23</sup>, bem como permite que as usinas tenham a noção exata da produtividade e da intensidade de trabalho cada um de seus empregados.

Como enunciado, cada trabalhador recebe pelo que produz, assim, ao comparar os salários de todos os empregados, torna-se fácil para as empresas descobrirem quais são aqueles que cortam mais cana e quais são os que menos cortam. Esta seleção por produtividade também é bastante importante para as usinas, que, dessa maneira, podem manter em seu quadro de funcionários somente aqueles cortadores de cana que lhe interessam – aqueles mais produtivos – e demitir todos aqueles que não conseguem atingir os índices de produtividade previamente estipulados.

---

<sup>21</sup> Não são os próprios trabalhadores rurais que medem a quantidade de cana que cortaram em um dia de trabalho. São alguns funcionários das usinas, em geral, os fiscais de turma, que, no final do dia, medem com um compasso (de dois metros de extensão) a quantidade de metros que cada trabalhador cortou. Tal medição é realizada em geral quando os trabalhadores não estão mais nos canaviais, e, por isso, estes não podem acompanhá-la. Em função disto, muitas vezes, os cortadores de cana reclamam da medição realizada pelo fiscal, pois avaliam que os funcionários da usina submensuraram a quantidade de cana que eles cortaram. Como recebem por produção, a diferença de metros faz muita diferença, pois irá interferir diretamente no salário a ser recebido por eles.

<sup>22</sup> Quanto aos roubos que recaem sobre os trabalhadores rurais, Paixão escreveu: “Existem várias maneiras do patronato burlar os trabalhadores. De um lado encontramos roubos que dizem respeito ao conteúdo do processo de trabalho. Destas, a primeira forma de burla, ou roubo, talvez a mais conhecida, é a submensuração das medições do trabalho despendido pelo trabalhador. Neste caso, o fiscal de campo manipula o instrumento de medição (dando a pulo do gato com a vara, usando uma balança fraudada, calculando de má-fé o preço do serviço, etc.) prejudicando o trabalhador que recebe um valor abaixo do que legalmente deveria receber” (PAIXÃO, 1994, p. 263) (sem grifos no original).

<sup>23</sup> Como referido adiante, caso isso acontecesse, as empresas perderiam seu principal meio de pressão para aumentar a produtividade do trabalho.

A questão fica mais clara ao recordar que a lógica empresarial do setor sucroalcooleiro não se restringe à utilização do pagamento por produção. Juntamente com tal forma de remuneração, passaram a ser utilizadas outras estratégias desenvolvidas pelos representantes deste setor, que permitem que as usinas obtenham um controle extremamente rígido dos cortadores de cana e dos resultados de sua produção. Um exemplo de tal estratégia é a imposição da *média*<sup>24</sup>, isto é, de uma produtividade diária mínima que deve ser atingida pelos trabalhadores caso desejem manter-se em seus postos de trabalho. Ao não conseguirem atingir a média diária estipulada pela usina para qual trabalham, os cortadores de cana são demitidos. É importante assinalar que, com o passar dos anos, a média teve um aumento considerável: em 1980, a média era de 5 a 8 toneladas/dia; em 2004, passou a ser 12 a 15 toneladas (SILVA, 2006a).

Logicamente que esse crescimento exorbitante da média teve de ser acompanhado pelo aumento da produtividade dos cortadores de cana, os quais se sentiram obrigados a aumentar a intensidade de seu trabalho e a quantidade de cana cortada por dia para que pudessem permanecer na usina para qual trabalhavam. Esse fato fez com que alguns pesquisadores, tais como Francisco Alves (2006; 2008) e José Roberto Pereira Novaes (2007a), defendessem a ideia de que o pagamento por produção deve ser visto como uma das formas de controle do trabalho no corte da cana em um contexto de modernização e intensificação da produção. Isso porque tal forma específica de remuneração, ao mesmo tempo em que incentiva a intensificação do trabalho e a extensão da jornada de trabalho (MARX, [1867] 1980) – servindo, assim, como um acicate ao trabalho excessivo dos cortadores de cana – funciona também como um engenhoso método de interiorização da disciplina e do autocontrole do trabalhador.

Ao ter sua remuneração atrelada à quantidade de “peças” (de produtos, de mercadorias) que é capaz de produzir em um determinado espaço de tempo, nada mais compreensível que os trabalhadores invistam o máximo possível de suas forças, de suas energias e de sua disposição no sentido de produzirem cada vez mais, aumentando crescentemente sua produtividade. Contudo, ao analisar melhor este conjunto de ações, percebe-

<sup>24</sup> Medida em toneladas de cana. Trata-se da quantidade mínima de toneladas de cana que deve ser cortada diariamente por cada trabalhador e que serve de referencial para a produtividade dos mesmos. Para mais informações sobre a *média* ver: Silva (1999 e 2006a), Alves (2006) e Novaes (2007a).

se que ele também acaba sendo extremamente interessante para os donos dos meios de produção, que veem a produtividade de seus trabalhadores aumentando sem que haja necessidade de fazer grandes investimentos em máquinas e equipamentos ou em melhorias das condições de trabalho. Em decorrência disto, os primeiros sentem-se à vontade para impor um aumento na intensidade do trabalho sem serem obrigados a entrar em discórdia com os trabalhadores, os quais, como enunciado, também estão interessados no aumento de sua produtividade (MARX, [1867]1980).

E os trabalhadores também têm outro interesse: desejam o prolongamento de sua jornada de trabalho para que, assim, possam trabalhar por mais tempo, objetivando com isso o aumento de sua produção. E isso porque, como já foi apontado, de acordo com a lógica do pagamento por produção, ao produzirem mais, recebem mais.

É importante ressaltar ainda que, com o salário por produção, o pagamento recebido varia de acordo com as diferenças individuais de cada trabalhador. Neste sentido, as grandes diferenças de salário variam de acordo com critérios, tais como a força, habilidade, energia e a persistência de cada agente em particular. Assim, a utilização desta forma de remuneração traz outra consequência: a individualização dos salários<sup>25</sup>. Os salários dos trabalhadores passam a ser individualizados, personalizados, da mesma forma que sua produção.

Não é difícil perceber que, por suas próprias características, o pagamento por produção acaba por reforçar as diferenças dos trabalhadores individualmente, provocando, assim, não só diferenciações entre os rendimentos, mas também o estabelecimento da competição entre eles.

---

<sup>25</sup> Claudio Salvadori Dedecca (1996) também analisou a individualização dos salários. Para ele, as alterações no processo de determinação dos salários compõem o último aspecto das mudanças nas relações de trabalho. “Uma remuneração mais vinculada à performance imediata individual tende a ser a regra para os trabalhadores menos estáveis e com contratos de tempo determinado ou parcial. Para aqueles trabalhadores mais estáveis e para aquela parcela de trabalhadores com pouca estabilidade mas com contrato de trabalho por tempo indeterminado arma-se um processo de formação dos salários que leva em conta múltiplos aspectos da performance do trabalhador – produtividade individual, resultados obtidos pela empresa, nível de absenteísmo individual [...] Estas novas maneiras de formação dos salários estão sendo, na maioria das vezes, denominadas de individualização dos salários, em razão de privilegiarem a esfera da negociação direta empresa-trabalhadores e o rendimento específico do trabalhador. Pode-se dizer que as empresas, ao internalizarem a determinação dos salários, completam o movimento de autonomização das relações de trabalho. Em geral, a internalização busca, por meio de formas diferenciadas, obter um uso flexível da força de trabalho que relaciona a remuneração de cada trabalhador ao seu rendimento específico (também denominado de salário eficiência)[...]” (DEDECCA, 1996, p. 62-63) (sem grifos no original).

Em outras palavras: se alguém quiser ganhar um pouco mais, precisará trabalhar mais e melhor do que seus companheiros de trabalho, terá de investir mais em sua atividade e ser mais resistente e perseverante do que aqueles à sua volta<sup>26</sup>. Em um ambiente como esse, a competitividade e a rivalidade acabam surgindo quase como consequência natural.

Além de ser considerado como uma das formas que permitem às usinas obterem um controle sobre os cortadores de cana e sobre os resultados de sua produção, o pagamento por produção também tem sido identificado, por alguns pesquisadores, como uma das principais causas das doenças ocupacionais, das mutilações, dos acidentes de trabalho e até mesmo das mortes de trabalhadores rurais (ALVES, 2006).

Pelo fato de receberem de acordo com sua produtividade individual e desconhecerem ao certo a quantidade de cana que cortam por dia<sup>27</sup>, os trabalhadores rurais convivem diariamente com a insegurança de não saber previamente o valor que irão receber por um dia de trabalho. Neste contexto, não são raras as ocasiões em que muitos trabalhadores se

---

<sup>26</sup> É importante referir, ainda, que, no caso dos cortadores de cana, o clima de competição, proporcionado e estimulado pelo pagamento por produção, também, traz outra consequência: a criação de estereótipos, de representações nascidas entre os próprios trabalhadores e os responsáveis pelo controle do processo de trabalho (fiscais de turma, turmeiros, etc.). Gradativamente vão sendo produzidas algumas imagens, tais como as do “bom cortador de cana”, a do “vagabundo”, do “preguiçoso que faz corpo mole”. Tais figuras são gestadas no seio dessas diferenças individuais (SILVA, 1999), e passam a ser reproduzidas pelas práticas sociais. Sobre a criação de estereótipos entre os cortadores de cana escreveu John Cowart Dawsey: “Ao final de cada dia, depois das medições feitas pelo ‘gato’ com sua ‘vara voadora’ trabalhadores comparavam a quantidade de metros que cada um cortou. Tomavam como referência os ‘melhores’ trabalhadores. Zombavam dos ‘piores’. Rituais cotidianos. Ocorriam dentro de uma sequência de relações, em rodas de conversa formadas por trabalhadores que se preparavam para a viagem de volta à cidade. Destacavam o valor do trabalho do cortador de cana. Nesses momentos o ‘boia-fria’ aparece como um verdadeiro trabalhador, como aquele que, apesar de ‘marginalizado’, ‘fazia a riqueza da região’. Era quem tinha ‘coragem’ para trabalhar, ‘disposição’. Não tinha medo de criar calos, de formar ‘murundú’. Aqui, o trabalho dos ‘melhores’ cortadores de cana [...] contrapunha-se ao ‘preço da cana’, quase sempre considerado ‘baixíssimo’, oferecido ao trabalhador” (DAWSEY, 1997, p. 210-211) (sem grifos no original).

<sup>27</sup> Este desconhecimento da quantidade de cana que cortam por dia está diretamente ligado ao fato de os cortadores de cana estarem sujeitos a sistemas de medição e pesagem da cana que foram desenvolvidos pelos departamentos agrícolas das usinas com o intuito de confundir-lhes e os ludibriar: os trabalhadores rurais cortam cana durante toda sua jornada de trabalho. Após terminarem, esta é medida em metros. Entretanto o salário que receberão terá como base o peso da cana cortada (medido em toneladas). Essa remuneração dos trabalhadores tendo como base o peso (toneladas), e não o metro, é extremamente importante para as usinas. Isso porque se remunerassem seus empregados pelo metro, os usineiros estariam assegurando-lhes uma maior autonomia, já que os trabalhadores teriam condições de controlarem o resultado do seu trabalho (ALVES, 1991). Isso faz sentido ao pensar que para os trabalhadores somente o metro lhes assegura ter o controle de sua produção, e isto porque os mesmos não dispõem de balanças nos canaviais para irem pesando aquilo que já cortaram. Ao remunerar os cortadores de cana tendo como base a tonelada, as usinas buscam impedir que os trabalhadores saibam a exata quantidade de cana que cortaram, e assim, fica mais fácil para as empresas roubar seus empregados, pagando um salário que não condiz com a quantidade de cana que de fato os mesmos cortaram.

empenham mais do que o suportável para cortar uma quantidade cada vez maior de cana (para que seja possível ter sua remuneração aumentada), podendo, assim, vir a se machucar e a se lesionar seriamente. Segundo o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), entre as safras de 2003/2004 e 2007/2008, vinte e um cortadores de cana morreram em decorrência de excesso de trabalho nos canaviais paulistas<sup>28</sup>. “Todas as evidências colhidas a partir de relatos de trabalhadores e a partir da verificação das condições de trabalho apontam que as mortes são decorrentes do esforço exigido durante o corte de cana” (ALVES, 2008, p. 34).

Entretanto a despeito de todas as implicações negativas para os cortadores de cana, a maioria deles é favorável à continuidade desta forma de remuneração. Muitos estudiosos que têm se debruçado há décadas sobre o estudo da agroindústria canavieira viram-se diante deste dilema. Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) e José Roberto Pereira Novaes (2007b) são alguns dos exemplos de pesquisadores que apontaram essa preferência por parte dos trabalhadores rurais. Nas palavras de Novaes (2007b, p. 64-65):

No local de origem, são diversas as situações vivenciadas pelos trabalhadores migrantes que se dispõem a viajar para o trabalho nos canaviais paulistas. Mas há um denominador comum entre eles: todos valorizam o trabalho no corte da cana, onde o ganho é pela produção. Quanto mais se corta, mais se ganha. Assim, os trabalhadores nordestinos chegam à região com a disposição de acionar toda sua força física, toda habilidade e resistência para alcançar boa produtividade. (sem grifos no original).

Mas por que os cortadores de cana em geral preferem receber por produção ao invés de receber um salário fixo mensal? E os cortadores de cana da Usina Ester, o que pensam desta modalidade salarial?

Ao longo da pesquisa de campo e das entrevistas com os cortadores de cana, o salário sempre foi um dos temas mais recorrentes e que eles mais

---

<sup>28</sup> De acordo com Alves (2008), tanto o pagamento por produção dos cortadores de cana, como o crescimento da intensidade do trabalho dos mesmos “[...]ganham espaço de discussão a partir do momento em que a equipe da Pastoral dos Migrantes de Guariba passou a divulgar a importante, porém funesta, contagem sobre as mortes de trabalhadores cortadores de cana. A divulgação da contagem dessas mortes gerou um amplo debate, além da realização de várias audiências públicas, nas quais as entidades sindicais dos trabalhadores, as ONGs e alguns pesquisadores da temática do trabalho rural atribuíam essas mortes ao excesso de trabalho realizado pelos cortadores de cana. Do lado dos empresários, essa conclusão era contestada sob a alegação de que faltava o estabelecimento do nexo causal entre as mortes dos cortadores de cana e o trabalho por eles realizado” (ALVES, 2008, p. 22).

gostavam de falar: se era suficiente para arcar com os gastos que tinham de pagar, se era maior do que a quantia que recebiam em sua terra natal, se era justo ou não quando comparado à atividade que desempenhavam, etc. De uma forma ou de outra, todas as conversas desenvolvidas com os cortadores de cana da Usina Ester sempre acabavam tocando nestes temas.

É preciso mencionar que, dos dez trabalhadores entrevistados, oito afirmaram que gostavam de ganhar por produção e que estavam satisfeitos com esta forma de remuneração.

*P: O que você acha do pagamento por produção?*

*J: Eu gosto, eu acho bom. (Joana)*

*P: O que você acha de receber um salário que esteja de acordo com a quantidade de cana que você corta?*

*L: Eu prefiro, né, porque quando você trabalha por produção eles não têm o direito, não, o fiscal não tem o direito de falar nada. Produção é o seguinte: se o cara não quer trabalhar, é ruim para quem não quer trabalhar, e o fiscal não tem nada a ver com isso. (Lorival) (sem grifos no original).*

*P: E hoje os trabalhadores ganham por produção, não é, seu Osvaldo?*

*O: Ganham por produção.*

*P: E o que o senhor acha disso?*

*O: É melhor, viu, é melhor, é melhor.*

*P: Por quê?*

*O: Porque quando você trabalha na diária você não ganha nada, né? (Osvaldo) (sem grifos no original).*

Os três depoimentos são exemplos das respostas obtidas com os cortadores de cana. Joana, Lorival e Osvaldo afirmaram que gostam de receber por produção. Lorival justificou sua resposta alegando que prefere o pagamento por produção porque, assim, é possível trabalhar mais à vontade. No entender de Lorival, quando os cortadores de cana recebem de acordo com sua produtividade, os fiscais de turma não têm o direito de exigir nem de falar nada para os trabalhadores, porque são estes os responsáveis por suas atitudes: se não querem trabalhar, o prejuízo será dos próprios trabalhadores e os fiscais “não têm nada que ver com isso”.

Ao melhor analisar a fala de Lorival, percebe-se que ela se parece muito com a opinião dos representantes da Usina Ester, que afirmaram que os

cortadores de cana gostam mais de trabalhar quando recebem de acordo com sua produtividade, pois, nessas ocasiões, sentem-se mais livres e à vontade para ditarem seu próprio ritmo. Assim, não há necessidade de ninguém “ficar no pé” dos mesmos, fiscalizando para conferir se os empregados trabalham de fato. A partir de sua resposta, foi possível individualizar que o que faz Lorival preferir o pagamento por produção é a possibilidade que o mesmo dá aos cortadores de cana de trabalharem mais à vontade e por conta própria, isto é, sem tanta necessidade de cobranças externas. Assim, cabe ao próprio trabalhador a responsabilidade por seu trabalho.

Já Osvaldo justificou de outra forma sua preferência pelo pagamento por produção. Conforme seu relato, quando se trabalha por diária –, ou seja, quando se recebe um valor fixo por dia – os trabalhadores acabam não recebendo tanto como recebem quando trabalham sob o regime do pagamento por produção. Este, na opinião do entrevistado, permite que os cortadores de cana tenham um ganho maior e, por isso, acaba sendo preferido.

Valmir, um cortador de cana de cinquenta e quatro anos e que deixou Sergipe, sua terra natal, aos dezenove anos para trabalhar em São Paulo como cortador de cana, afirmou em sua entrevista que:

*Olha, moça, eu vou falar que eu gosto de receber por produção, viu, eu gosto. Isso porque, dá para ganhar alguma coisa com o pagamento por produção. Com o dinheiro que eu consegui juntar com o corte da cana, eu consegui comprar ao longo dessa minha vida três casas, dois terrenos, e ainda construí três bares em Engenheiro Coelho. Teve uma época que com o dinheiro que juntei, eu voltei para Sergipe, mas não deu[...]eu não consegui me manter na minha terra de novo porque lá não tinha ganho, e aí fui obrigado a voltar para cá para trabalhar como cortador de cana de novo. Mas eu gosto. E hoje não, porque eu já tô velho, mas eu era bom, viu. Fui o ‘podão de ouro’ muitas safras, e consegui dinheiro. Tudo o que tenho, foi a cana que me deu (Valmir) (sem grifos no original).*

A partir desta fala, pôde-se conhecer um pouco da trajetória de Valmir, que, ainda jovem, deixou sua terra natal em busca de serviço e passou a trabalhar como cortador de cana para várias usinas do estado de São Paulo. Em sua entrevista, o trabalhador relatou que, no passado, era um “bom cortador de cana” e seus altos índices de produtividade acabaram

por lhe render durante muitas safras o tão almejado título de “Podão de Ouro”. Da mesma forma que Osvaldo, Joana e Lorival – que declararam que preferem ganhar por produção – Valmir também afirmou que gosta desta forma específica de pagamento, porque a mesma lhe permitiu ganhar algum dinheiro na vida. Com o dinheiro recebido, o trabalhador rural conseguiu adquirir vários imóveis que não poderiam ser comprados se não fosse o dinheiro ganho com o corte da cana.

Além de ter comprado imóveis com o dinheiro recebido, Valmir relatou ainda que as economias acumuladas permitiram-lhe retornar para Sergipe depois de ter trabalhado um tempo nos canaviais paulistas. Entretanto, o trabalhador afirmou que não teve condições para se manter em seu estado porque lá não havia trabalho. Assim, os mesmos motivos que o levaram a migrar aos dezenove anos, fizeram com que Valmir fosse obrigado a deixar novamente sua terra natal em busca de serviço.

A resposta de Anderson, também, foi na mesma direção da dada por Valmir. De acordo com o primeiro:

*Eu prefiro por produção, porque, as vezes você quer ganhar alguma coisinha a mais na vida, né, e se a gente recebesse só o salário fixo não daria. Pra ganhar essa grana que a gente ganha aqui, se a gente fosse trabalhar lá na nossa região não daria (Anderson) (sem grifos no original).*

Da mesma forma que Valmir, Anderson declarou que prefere o pagamento por produção porque o mesmo permite que os cortadores de cana ganhem um pouco mais. Em sua opinião, a substituição do pagamento por produção por um salário mensal fixo não é interessante porque o último não seria capaz de proporcionar-lhe tudo o que o primeiro proporciona. Isso porque, de acordo com o raciocínio de Anderson, se recebessem um salário fixo, o valor a ser recebido todos os meses seria o mesmo e não aumentaria mesmo se os trabalhadores tivessem interesse em receber mais, diferentemente do que ocorre quando recebem por produção, forma de remuneração que dá a possibilidade para todos os trabalhadores aumentarem seu salário quando quiserem ou quando têm algum interesse.

Ao analisar melhor a fala de Anderson, distingue-se outro aspecto interessante: o jovem vê o dinheiro que recebe trabalhando como cortador

de cana como um dinheiro impossível de ser conseguido em sua região de origem. E conclui: *“Nem se eu trabalhasse muito lá eu conseguiria ganhar o que eu ganho aqui, nem perto[...]”*. Esta diferença entre o “dinheiro ganho no corte da cana” e o dinheiro conseguido por alguma atividade na terra natal foi bastante utilizada como justificativa para a migração por muitos cortadores de cana entrevistados, ao longo da pesquisa de campo realizada pela autora.

Os resultados da pesquisa de José Roberto Pereira Novaes (2007b), com trabalhadores migrantes nordestinos que deixaram seus locais de origem para trabalhar como cortadores de cana nas usinas de São Paulo, também, seguiram essa mesma direção. De acordo com o autor:

Em sua maioria, os jovens partem para o desafiante trabalho na cana com a convicção de que – com esforço e empenho – podem se tornar ‘campeões de produtividade’. Quem sabe, ser conhecido e reconhecido como tal [...] Tal como outros grupos de jovens rurais, a vinda para trabalhar na cana significa oferta de trabalho garantida; o ganho de um dinheiro que não se vê por lá; a possibilidade de fazer economias para casar, para terminar uma casa iniciada, para comprar uma moto, para ajudar os pais, para ter acesso a um lote de terra etc. Esses argumentos são acionados para a primeira vinda e, também, alimentam esperanças para vindas sucessivas” (NOVAES, 2007b, p. 64-65) (sem grifos no original).

Depois de tudo o que foi exposto, cabe inferir que, em geral, aqueles cortadores de cana que afirmaram preferir o pagamento por produção justificam tal preferência da seguinte forma: esta forma específica de remuneração é vista como uma estratégia que acaba por permitir que eles, os cortadores de cana, recebam uma quantia superior em dinheiro em um espaço de tempo menor. Nesse sentido, a continuidade do pagamento por produção é defendida por grande parte dos trabalhadores rurais entrevistados - sobretudo pelos jovens que estão em pleno vigor físico - porque é uma forma encontrada, por eles, para conseguirem o que desejam de forma mais rápida, isto é, em muito menos tempo do que conseguiriam se recebessem um mesmo salário durante todos os meses da safra<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Mas, a despeito de perceber, na pesquisa em foco, que a grande maioria dos cortadores de cana é favorável à manutenção do pagamento por produção – e, neste ponto específico se encontram do mesmo lado que os representantes do setor sucroalcooleiro – não se pode esquecer que os primeiros não detêm o mesmo poder para controlar esta forma específica de remuneração. Isso faz sentido ao lembrar das mais variadas fraudes e roubos a que estão sujeitos os trabalhadores rurais e que são características de qualquer sistema de pagamento por produção. Como enunciado, a utilização desta forma de remuneração é extremamente importante para

A reforma de uma casa, a compra de um pedaço de terra e a aquisição de bens de consumo, por exemplo, deixam de ser tão inacessíveis e passam a fazer parte dos planos de muitos cortadores de cana, os quais, muitas vezes, acabam se empenhando cada vez mais para cortar uma quantidade cada vez maior de cana com o objetivo de aumentar sua remuneração. O pagamento por produção, portanto, permite-lhes realizar seus sonhos mais rapidamente. Como disse Valmir: “*Tudo o que tenho, foi a cana que me deu*”. A concretização destes sonhos sempre foi, e ainda é, um dos motivos que levam milhares de trabalhadores a deixar sua região de origem em busca do trabalho na cana, onde o ganho é por produção.

Em sua análise, Garcia Jr. (1989) já havia atentado para o fato de que o assalariamento no “Sul” é entendido, pelos próprios trabalhadores, como “[...] uma estratégia de grande destaque quando se trata de acumular recursos monetários necessários à compra e/ou construção de *casa, sítio* ou dinheiro para o *negócio* [...] é mesmo considerada estratégia prioritária” (GARCIA JR., 1989, p. 152).

Diante deste contexto, fica claro que o salário recebido como pagamento pelo trabalho nas usinas passa a permitir o acesso desses trabalhadores rurais ao estatuto de consumidor. Os cortadores de cana deixam de ser somente produtores e passam também a ser consumidores, conforme Robert Castel (1998). Assim, o salário dos cortadores de cana permite que esses homens tenham acesso a um novo registro da existência social: o do consumo e não mais exclusivamente o da produção. Como enuncia Castel (1998, p.432), os trabalhadores deixam a zona de vulnerabilidade que os obrigava a viver “cada dia com o que nele ganhou”, e que somente permitia a satisfação das necessidades mais prementes, e passam a ter acesso ao desejo, cuja condição social de realização está além da urgência da necessidade. Nas palavras do autor:

Ou seja, essa forma de liberdade que passa pelo domínio da temporalidade e se satisfaz no consumo de objetos duráveis, não estritamente necessários. O “desejo de bem-estar”, que incide sobre o carro, a moradia, o eletro-doméstico etc., permite – gostem ou não

---

as usinas, que assim conseguem impedir que os cortadores de cana obtenham o controle do seu processo de trabalho e, portanto, de seu salário. Ao se valerem do pagamento por produção, as usinas conseguem assegurar que os trabalhadores continuem sendo roubados, recebendo menos do que deveriam.

os moralistas – o acesso do mundo operário a um novo registro de existência (CASTEL, 1998, p 432) (sem grifos no original).

A análise de Durham (1984; 2004) também segue uma direção similar a de Castel (1998). De acordo com a autora,

[...] o sucesso da migração não parece ser avaliado, em última análise, em termos da natureza da ocupação, mas do nível de consumo. Os trabalhadores acham que a migração foi um sucesso quando passam a “viver melhor”, “ter mais conforto”. A posse de utilidades domésticas [...] é sempre motivo de orgulho, mas a prova mais palpável de haverem vencido na vida consiste na aquisição da casa própria (DURHAM, 2004, p. 197) (sem grifos no original).

Nesse sentido, o consumo não se reduz mais somente à satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência, visto que a classe trabalhadora passa a ter acesso a um “consumo de massa”. O “salário advindo da cana” passa a permitir a compra dos mais variados itens: roupas, eletrodomésticos, telefones celular e até mesmo motocicletas. O que antes, muitas vezes, ficava circunscrito na imaginação desses homens e mulheres, hoje se tornou possível.

Ao retornarem para suas regiões de origem, os cortadores de cana levam inúmeros produtos adquiridos nas cidades onde trabalharam. Ao chegarem a suas comunidades trazendo artefatos que, às vezes, nunca foram vistos por aqueles que jamais saíram de lá, os ex-cortadores de cana são vistos como heróis, como vencedores, como poderosos. Nas representações sociais locais, os homens que se aventuraram no corte de cana são corajosos, destemidos e os grandes responsáveis por trazerem benfeitoras para suas terras natais. Os produtos que trazem são dados como presente para seus familiares e amigos, que se sentem mais valorizados do que nunca.

O fruto do trabalho dos cortadores de cana, quando materializado em objetos, está envolto de simbolismo, o qual proporciona um *status* diferenciador àqueles que adquiriram tais bens. No caso desta pesquisa em específico, pôde-se verificar que os jovens ex-cortadores de cana eram vistos como homens diferentes daqueles que “não tiveram coragem” de ir trabalhar nas usinas. Por sua coragem e disposição, puderam comprar

produtos que não poderiam ser adquiridos sem o salário recebido, produtos esses que servem como verdadeiros marcadores sociais. A fala de João explicita muito bem o aspecto simbólico que está por trás de todo esse contexto.

*As moças daqui da comunidade não querem saber de homem que não foi cortador de cana, que não tem óculos escuro, que não tem roupa nova ajeitada, celular, moto. Elas só se interessam se o cara tiver essas coisas, se não, elas nem olham na sua cara. Aquele que não tem essas coisas não consegue namorada aqui, não (João, ex-cortador de cana).*

Ao analisar o depoimento citado à luz das reflexões de Castel (1998), individua-se que o consumo comanda um sistema de relações entre as categorias sociais, segundo o qual os objetos possuídos são os marcadores das posições sociais, os indicadores de uma classificação. Os homens são bem-vistos (sobretudo pelas mulheres) se tiverem sido cortadores de cana, se forem portadores de objetos de consumo desejáveis. Tais objetos trazem-lhes prestígio, um *status* diferenciador. Neste contexto, poder-se-ia até mesmo pensar que os indivíduos são vistos e reconhecidos por aquilo que têm, por aquilo que puderam comprar. O celular novo, as roupas da moda, o tênis, a moto, tudo isso marca uma nova posição social para aquele que o possui. Em outras palavras:

Compreende-se, a partir disso, que seu valor seja sobredeterminado: o que os sujeitos põem em jogo aí não é sua aparência, mas sua identidade. Manifestam, através do que consomem, seu lugar no conjunto social. Analogia do sagrado numa sociedade de agora em diante sem transcendência, o consumo de objetos significa, no sentido forte do termo, o valor intrínseco de um indivíduo em função do lugar que ocupa na divisão do trabalho. O consumo é a base de um ‘comércio’ [...] de uma troca civilizada através da qual os sujeitos sociais se comunicam (CASTEL, 1998, p. 475) (sem grifos no original).

Mas, além de todos os aspectos mencionados, não se pode esquecer de outra importante questão: muitas vezes, o “salário advindo da cana” é a única fonte de renda que os trabalhadores rurais e suas famílias possuem. Por isso, o salário recebido ao longo da safra (oito ou nove meses) precisa conseguir assegurar a sobrevivência dos cortadores de cana em suas regiões de destino e a de suas famílias nas comunidades de origem, além

de, na maioria das vezes, ter de durar no período da entressafra. Isso faz sentido ao lembrar que, em geral, os cortadores de cana regressam no final do ano para suas terras natais e permanecem alguns poucos meses até a safra agrícola da cana se reiniciar novamente. Durante esse intervalo, é muito importante, para os trabalhadores, poderem contar com uma quantia (por menor que seja) de dinheiro guardado. Esse pecúlio possibilitará aos trabalhadores fazerem seus roçados, comprarem os insumos agrícolas necessários (sementes e outros), etc.

*Olha eu vou dizer para você que é difícil a gente guardar alguma coisa ao longo da safra, isso porque a gente tem que viver lá mas também não pode deixar de mandar pra família da gente. A gente passa apertado, mas tem que pensar no futuro, né? Como a gente que é temporário não recebe o Seguro Desemprego<sup>30</sup>, a gente tem que ter uma reservinha para não passar apertado quando a gente voltar, para poder comprar as coisas. A gente não pode gastar tudo o que ganha, senão fica difícil[...] (Francisco)<sup>31</sup>*

Isso exposto, espera-se ter deixado clara a íntima relação entre o salário obtido a partir do assalariamento temporário nas usinas de açúcar e álcool e a melhoria das condições de vida nas regiões de origem dos trabalhadores rurais migrantes.

## REFERÊNCIAS

ADISSI, P.; SPAGNUL, W. Convenções coletivas: quantificando o roubo dos patrões. *Proposta*, Rio de Janeiro, Ano XIV, n.42, out. 1989.

ADISSI, Paulo. *A medição do trabalho na lavoura canavieira*. 1990. 106fls. Monografia (Graduação em Ergonomia) - UFRJ/COPPE, Rio de Janeiro, 1990.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. 1991. 362fls. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1991.

---

<sup>30</sup> Como referido anteriormente, somente os trabalhadores contratados por tempo indeterminado de serviço recebem o Seguro Desemprego quando são demitidos, benefício que ainda não é assegurado aos trabalhadores rurais temporários, safristas.

<sup>31</sup> A esse respeito, é importante dizer que para Garcia Jr. , “[...] essa acumulação não se dá porque os salários no Sul são altos, ou mesmo considerados suficientes para que se viva bem por lá [...] Acumula-se dinheiro porque se aceitam condições de trabalho e de residência muito precárias, mas que permitem economizar dinheiro ou para mandar para o Norte ou para arrumar um local de moradia no Sul, se possível uma casa própria que permita trazer a família” (1989, p. 151).

- \_\_\_\_\_. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*, v.15, n.3, p.90-98, set./dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: BISON, Nelson; PEREIRA, José Carlos Alves (Orgs.). *Agrocombustíveis, solução? A vida por um fio no eito dos canaviais*. São Paulo: CCJ, 2008. p. 22- 48.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAWSEY, John Cowart. “Caindo na cana” com Marilyn Monroe: tempo, espaço e “bóias-frias”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.40, n.1, p. 183-226, 1997.
- DEDECCA, C.S. Racionalização Econômica e Heterogeneidade nas Relações e nos Mercados de Trabalho no Capitalismo Avançado. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J.E.L. (Orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo: SCRITTA, 1996.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- \_\_\_\_\_. As comunidades rurais tradicionais e a migração. In: THOMAZ, Omar Ribeiro (Org.). *A dinâmica da cultura*. São Paulo: CosacNaify, 2004. p.133-180.
- \_\_\_\_\_. Migrantes rurais. In: THOMAZ, Omar Ribeiro (Org.). *A dinâmica da cultura*. São Paulo: CosacNaify, 2004. p. 183-201.
- GARCIA, Marie France Claudine. *Feira dos trabalhadores rurais: as feiras do Brejo e do Agreste paraibano*. 1984. 237fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - UFRJ – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1984.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília, DF: Marco Zero/Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.
- GUANAIS, Juliana Biondi. *No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis-SP*. 2010. 232fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.
- LOPES, J.R.B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867] 1980. (Livro Primeiro) v.II.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa, PB: Relume Dumará/EDUE, 2002.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. *“Sair pelo mundo”: a conformação de uma territorialidade camponesa*. 2010. 279fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, Campinas, 2010.

NOVAES, José Roberto Pereira. Dores e febres nos canaviais paulistas. *Revista Estudos Avançados*, v.21, n.59, p.167-177, 2007a.

\_\_\_\_\_. Heróis anônimos. *Democracia viva*, n. 36, p.58-67, set. 2007b.

NOVAES, José Roberto Pereira; ALVES, Francisco José da Costa (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro a das relações de trabalho na lavoura canvieira (estudo comparativo em 12 estados do Brasil)*. 1994. 339fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v.33, n.2, p. 111-114, ago./dez. 2006a.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida de. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. [S.l.: s.n.], 2006. mimeo.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.